Bons ares para a Alca



Roberto Rodrigues *é engenheiro agrônomo e agricultor, presidente da ACI e da ABAG e professor de economia rural da UNESP.*

Nada mais óbvio do que afirmar que o agribusiness brasileiro já está pronto para a Área de Livre Comércio das Américas – Alca, mas que esta só faz sentido se os países ricos do hemisfério, e particularmente os Estados Unidos, reduzirem seu gigantesco protecionismo agrícola.

Igualmente redundante é insistir na importância da Alca como um excelente mercado para o Brasil rural, ou em quão difícil tem sido avançar na redução dos subsídios equivalentes que o governo americano dá a seus agricultores, tanto em apoio interno (pagamentos diretos, seguro rural, preços mínimos superiores aos do mercado), às exportações (subsídios diretos para exportação além do crédito alongado e barato), ou acesso a mercado (tarifas altas para suco de laranja, quotas para açúcar, barreiras sanitárias para frango).

O protecionismo cresceu nos últimos anos, no espaço que a OMC herdou da Rodada Uruguai do Gatt, que concedia limites extremamente amplos, porque considerados para a proteção a partir de referências muito mais generosas que as da ocasião do Acordo Agrícola.

Mas para surpresa de todos, o VI Fórum Empresarial para as Américas, em Buenos Aires nos últimos dias 5 e 6 de abril, permitiu avanços para a liberação do comércio agrícola na Alca.

O Fórum reúne líderes privados de todos os setores dos 34 países do continente em busca de consenso em grandes questões que os governos deverão acordar. Não é apenas o agronegócio que discute suas pendências, mas formam-se workshops em todas as áreas: serviços, propriedade intelectual, acesso a mercados, negociações governamentais, atendendo à nomenclatura das organizações internacionais.

O Seminário sobre Agricultura, muito bem conduzido por um brasileiro, Gilman Viana Rodrigues – presidente da Faemg e coordenador do Fórum Permanente de Negociações Agrícolas Internacionais da CNA, Abag e OCB – partiu de uma base negocial anterior que já fora um êxito, o documento do Fórum Empresarial de 1999, em Toronto.

No começo da reunião de Buenos Aires, porém, várias delegações dos quase 20 países presentes, com mais de 80 representantes, manifestaram a intenção de dar um passo atrás em relação ao acordo de Toronto, o que não interessa ao Brasil.

Entre outros pontos relevantes, o Fórum Empresarial ratificou: necessidade de imediata negociação para eliminar barreiras não-tarifárias e redução tarifária; diferença de prazo para as reduções tarifárias entre países ricos e em desenvolvimento – estes com mais prazo; aumento das cotas de acesso mínimo, até sua eliminação; redução prioritária dos picos tarifários e da escalada tarifária, até sua eliminação; eliminação completa dos subsídios às exportações no comércio intrazona; mecanismos que neutralizem o impacto de importações agrícolas subsidiadas extrazona; redução de apoio interno que distorça os mercados agrícolas; evitar a transformação de questões sanitárias em barreiras não-tarifárias; manutenção do conceito de *single-undertaking* – nada estará acordado até que tudo esteja acordado; naturalmente, ratificou-se o prazo de 2005 como limite para a negociação da Alca.

Ficou claro o tratamento igualitário à agricultura, muito importante porque os ricos sempre querem negociar agricultura à parte, como setor mais sensível.

A tarifa básica deve estar decidida no início das negociações tarifárias; todo o universo tarifário será contemplado nas negociações; será considerado um sistema especial de salvaguardas para a agricultura; além da eliminação dos subsídios para exportações, também se admite a eliminação de outros pontos obscuros, como mecanismos de crédito às exportações que distorçam mercados. Muito importante foi o acordo de aplicar direitos compensatórios quando houver, dentro da Alca, importações agrícolas subsidiadas de outros países.

Quanto a neutralizar prejuízos causados a alguns países da Alca por exportações de produtos subsidiados por outros membros do bloco para terceiros países, só foi possível garanti-lo por meio da não-renovação da Cláusula da Paz após 2003. Definiu-se ainda o apoio da Alca ao comércio de produtos obtidos pela biotecnologia.

Foi uma duríssima negociação e pouco ficou sem acordo, como a duração do período de desgravação tarifária – alguns querem cinco anos, outros 10, outros não querem estabelecer limites.

A atuação bem articulada da delegação brasileira foi preponderante para o sucesso. Representantes das diversas cadeias produtivas – açúcar, laranja, grãos, algodão, óleos, insumos, máquinas agrícolas, carnes em geral – de entidades de representação sindicais e associativas, de empresários do Sul, Sudeste e Centro-Oeste e uma forte base técnica do Fórum Permanente de Negociações Agrícolas Internacionais marcaram a liderança do time brasileiro. E este talvez tenha sido o maior e mais importante avanço.

Mas o acordo é feito pelos governos e não pelo setor privado. E a conversa pode começar toda de novo!